

Conselho de Reitor das Universidades Brasileiras
502 1ª Sessão Plenária

Documento sobre o subtema: /

UNIVERSIDADE, CIDADANIA E ALFABETIZAÇÃO

Profa. Magda Soares

Uma reflexão sobre o compromisso da Universidade com a alfabetização, mais que uma proposta, é um dever, neste ano de 1990, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas o ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO, e nestes primeiros momentos da nova Constituição brasileira, que determina a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental nos próximos dez anos.

A formulação do tema, através do qual se pretende desenvolver essa reflexão - UNIVERSIDADE, CIDADANIA E ALFABETIZAÇÃO - exige preliminarmente, que se defina o papel da alfabetização na construção da cidadania, para que, no contexto dessa definição, se possam pensar as responsabilidades da Universidade em relação à articulação entre esses dois processos.

1. CIDADANIA E ALFABETIZAÇÃO

A relação entre cidadania e alfabetização pode ser analisada sob duas perspectivas, aparentemente contraditórias: de um lado, é preciso negar, de outro lado, é preciso afirmar a vinculação entre o exercício da cidadania e o acesso à leitura e à escrita.

1.1 - A negação: a alfabetização não é imprescindível ao exercício ou à conquista da cidadania

A vinculação entre alfabetização e cidadania faz parte do senso comum: a concepção é que só quem é alfabetizado é capaz de agir politicamente, de participar, de ser livre, responsável, consciente - de ser homem histórico e político: de ser cidadão. Na verdade, essa concepção oculta os reais determinantes não só da exclusão da cidadania, mas também da construção da cidadania.

A ênfase excessiva posta no analfabetismo como causa da exclusão da cidadania, e a correspondente ênfase na alfabetização como fator essencial para evitá-la ocultam as causas mais profundas dessa exclusão, que são condições materiais de existência a que são submetidos os "excluídos", as estruturas privatizantes do poder, os mecanismos de alienação e de opressão, tudo isso resultando na outorga diferenciada de direitos sociais, civis e políticos às diversas classes e categorias sociais. Na verdade, a exclusão do agir e do participar politicamente, longe de ser

produto de uma "ignorância" causada pelo analfabetismo, é produto das iniquidades sociais. Mas, elas sim, impõem estreitos limites ao exercício dos direitos sociais, civis e políticos que constituem a cidadania. Basta que se considere a co-ocorrência de indicadores de exclusão: altas taxas de analfabetismo e outros indicadores educacionais (taxas de repetência, de evasão, de não acesso a escola, etc.) ocorrem ao lado de baixas faixas salariais, maiores índices de subnutrição, de mortalidade, de expectativa de vida, etc. Portanto, ao se pensar em alfabetização e cidadania, é preciso fugir a uma interpretação linear desses dois termos, atribuindo-lhes uma relação causa-consequência, em que a exclusão da cidadania seja tomada como consequência do analfabetismo; as relações entre alfabetização e cidadania - pois elas existem - devem ser entendidas no conjunto mais amplo dos determinantes sociais, políticos e econômicos que inviabilizam o exercício da cidadania por enorme parcela da população brasileira.

Por outro lado, a ênfase excessiva posta na alfabetização como fator essencial à construção da cidadania ignora que não é a alfabetização - mais que isso, não é nem mesmo a educação, de uma maneira mais ampla - que conduzirá o povo à conquista da cidadania; esta conquista se faz, fundamentalmente, através da prática social e política, dos movimentos de reação e reivindicação, das organizações populares, expressões de uma cidadania em construção, pois evidenciam o povo participando, lutando por seus direitos sociais, civis, políticos, agindo como sujeito histórico, fazendo-se cidadão. A recente conquista do direito de voto pelo analfabeto, de um lado, comprova, pelas acirradas polêmicas que suscitou, a arraigada resistência a reconhecer, no analfabeto, um cidadão (lembre-se que os analfabetos constituem o grupo de excluídos que mais tardou a obter o direito do voto), e, de outro lado, testemunha o cidadão fazendo-se pela prática da reivindicação política, ainda que analfabeto. Portanto, ao se pensar em alfabetização e cidadania, é preciso, aqui também, e de novo fugir a uma interpretação linear desses dois termos, atribuindo-lhes uma relação causa-consequência, em que a construção da cidadania seja vista como dependente da alfabetização; esta deve ser entendida como um componente, entre muitos outros, da conquista, pela população, de seus direitos sociais, civis e políticos.

A desmistificação dessas duas concepções a respeito da vinculação entre alfabetização e cidadania - a não alfabetização vista como causa da exclusão da cidadania, a alfabetização vista como fator essencial à conquista da cidadania - é que levam à negação que deu título a este item: a alfabetização não é condição imprescindível ao exercício ou à conquista da cidadania.

1.2 - A afirmação: a alfabetização é instrumento na luta pela conquista da cidadania

As considerações feitas no item anterior visaram a relativizar o papel da alfabetização na conquista e no exercício da cidadania, situando-a no conjunto dos determinantes dessa conquista e desse

exercício.

Uma outra contextualização, entretanto, torna-se necessária: é preciso também situar a alfabetização no tempo histórico e no espaço social e político em que ocorre ou deve ocorrer.

A aquisição das habilidades de leitura e de escrita repousa, para a maior parte das pessoas, no pressuposto de que essa aquisição não é mais que a aprendizagem de uma "técnica" neutra, intrinsecamente boa, que independe do contexto social específico em que ocorre. Na verdade (o que se pode afirmar, aliás, sobre qualquer outra tecnologia), a leitura e a escrita estão enraizadas em uma ideologia, da qual não podem ser isoladas: o valor e a importância da língua escrita não são inerentes a ela, mas dependem da função e dos usos que lhe são atribuídos no contexto social. Atribuir à aquisição da língua escrita um valor positivo absoluto revela uma visão etnocêntrica: estudos antropológicos têm apontado o fato de que, em culturas ou grupos predominantemente orais, a comunicação escrita é, muitas vezes, vista mais como um mal que como um bem.

As sociedades modernas, porém, são fundamentalmente grafocêntricas: neles, a escrita está profundamente incorporada à vida política, econômica, cultural, social, e é não enormemente valorizada, mas, mais que isso, é mitificada: a escrita estaria o discurso da verdade, a escrita seria o repositório do saber legítimo.

Assim, enquanto a sua posse e uso plenos sejam privilégio de determinadas classes e categorias sociais, a escrita assume o papel de arma para o exercício do poder, de legitimação da dominação econômica, social, cultural, de discriminação e de exclusão. No quadro da ideologia hegemônica em sociedades grafocêntricas, não há possibilidades de participação econômica, política, social, cultural plena sem o domínio da escrita.

É no quadro dessa ideologia, em que se insere o nosso País, que o significado da alfabetização ultrapassa de muito a mera aquisição de uma "técnica" - saber ler e escrever; a alfabetização é, fundamentalmente, um processo político, através do qual grupos excluídos dos direitos sociais, civis e políticos têm acesso a bens culturais que lhe são sonegados e que são um capital indispensável na luta pela conquista desses direitos, pela participação no poder e pela transformação social. Justifica-se, assim, a afirmação que seu título a este item: a alfabetização é instrumento na luta pela conquista da cidadania.

2. UNIVERSIDADE, CIDADANIA E ALFABETIZAÇÃO

Das reflexões desenvolvidas no itens anteriores, infere-se que as responsabilidades da Universidade em relação ao binômio cidadania-alfabetização inscrevem-se na destinação maior que essa instituição tem, que é a de participar da construção de uma sociedade mais justa e da constituição de uma identidade política

para o conjunto do povo brasileiro, filiando-se à luta contra as discriminações e as exclusões.

É, por excelência, à Universidade que cabe desenvolver reflexões sobre aquilo que se oculta sob as concepções do senso comum a respeito das relações alfabetização-cidadania, desnudar essas concepções de seu conteúdo ideológico, afirmar o real papel da alfabetização na conquista da cidadania por grandes parcelas da população que dela estão excluídas.

No quadro referencial dessas reflexões, cabe à Universidade colaborar na descoberta de soluções para o combate ao analfabetismo (o Brasil possui, aproximadamente, 3,5% - 30 milhões - dos analfabetos do mundo) e para o combate ao fracasso em alfabetização na escolar de 10. grau (estão no Brasil cerca de 4,5% - quase 5 milhões - do total mundial de crianças que não têm acesso à escola: as taxas de repetência e evasão mantêm-se, há mais de quatro décadas, em torno de 50%); mas descoberta de soluções que realmente levem à inserção da criança e do adulto na cultura letrada, pois as soluções que têm sido propostas são pseudo-soluções, que, na verdade, camuflam, sob o pretexto "alfabetizado", o analfabeto funcional, isto é, aquele que, embora tenha aprendido a ler e escrever, não se apropriou verdadeiramente da escrita enquanto bem de uso, não se integrou realmente na cultura letrada (ao povo tem-se permitido que aprenda a ler e escrever, não se lhe permite que se torne leitor e escritor).

É, também, à Universidade que cabe, por excelência, buscar, através da reflexão e da pesquisa, a produção de um conhecimento que conduza a uma alfabetização que, além de inserir realmente o adulto ou a criança na cultura letrada, faça-o de forma que essa inserção não seja uma assimilação passiva dessa cultura, mas represente novas possibilidades de avançar na luta pela conquista da cidadania. A alfabetização, tanto da criança quanto do adulto, vem-se fazendo, em nosso País, mais para controlar, regular o exercício da cidadania que para libertar para esse exercício. A alfabetização nas escolas públicas e os movimentos de alfabetização de adultos não têm levado as classes trabalhadoras além do limiar do mundo da escrita, funcionando mesmo como fator de discriminação: alfabetiza-se para que o indivíduo seja mais produtivo ao sistema, não para que se aproprie de um instrumento fundamental à conquista da cidadania; basta lembrar que, embora se alfabetize, dificulta-se, até impossibilita-se o acesso à leitura: onde as bibliotecas? onde o livro a preço acessível? Cabe à Universidade, pela própria natureza dessa instituição, desvelar essa função politicamente distorcida que o processo de alfabetização vem exercendo, e encontrar e disseminar caminhos para que a alfabetização seja processo pedagógico marcado pelo significado que o vincula à questão da cidadania.

A verdade, porém, é que a alfabetização como objeto de reflexão, pesquisa e ensino tem estado ausente da Universidade; ~~em vez disso~~ ~~o objeto específico de outras~~ ~~instâncias - órgãos de planejamento e execução de políticas~~

educacionais, escolas de 1º e 2º. graus.. Assim, a pesquisa sobre a alfabetização na Universidade ainda é escassa (levantamento recente da produção acadêmica e científica sobre alfabetização no Brasil mostrou que a produção de pesquisas sobre esse tema é, em média, de pouco mais de 3 pesquisas por ano); por outro lado, a presença do tema alfabetização, nos cursos superiores de formação de profissionais, é quase nula - basta lembrar que só muito recentemente cursos de Pedagogia e de Letras, que formam profissionais diretamente responsáveis pela alfabetização, nas instituições escolares, começam a incluir disciplinas sobre alfabetização, leitura e escrita em seus currículos.

Considerando-se as relações da alfabetização com a construção da cidadania, pode-se, talvez, afirmar que, ausente das reflexões, da pesquisa e do ensino sobre a alfabetização, a Universidade está, na verdade, ausente de uma arena essencial, na história da construção da cidadania em nosso País.

Ao proclamar 1990 o Ano Internacional da Alfabetização, a UNESCO afastou qualquer pretensão comemorativa, vinculando essa proclamação à preparação de um plano de ação, pelos países membros, para erradicar o analfabetismo antes do ano 2000.

Coincidentemente, a nossa Assembléia Nacional Constituinte determinou a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental nos dez primeiros anos de promulgação da Carta Magna no País.

Se a Universidade brasileira, compromissada que deve ser com a construção de uma sociedade democrática, em que o exercício da cidadania seja plenamente garantido a todos, não assumir imediata e vigorosamente a reflexão, a pesquisa e o ensino na área da alfabetização, a concretização dessas metas, se ocorrer, pode vir marcada, mais uma vez, pelo divórcio entre alfabetização e conquista de direitos sociais, civis e políticos - entre alfabetização e cidadania.

Belo Horizonte, 7^o março de 1990